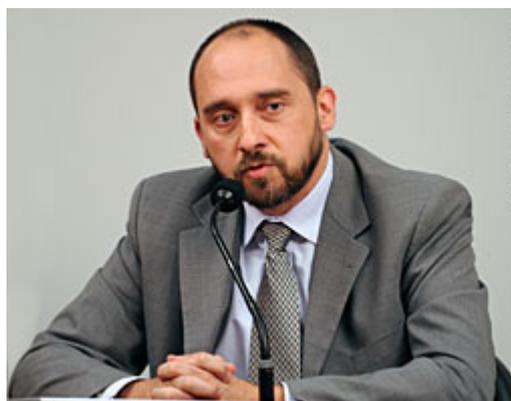


## Novas vagas da AGU devem tornar não concursados desnecessários, diz Adams



Renato Araujo/ABr

As 560 novas vagas de advogados da União, [criadas](#) por lei no

último mês, se destinam principalmente às assessorias jurídicas dos ministérios. A garantia, dada pelo advogado-geral da União, **Luís Inácio Lucena Adams** (*foto*), indica, na prática, a intenção de substituir por advogados da União concursados os advogados privados que chefiam assessorias e consultorias nos órgãos federais em função comissionada. A ideia, segundo o ministro, é fazer com que nenhum processo em qualquer dos ministérios seja aprovado ou reprovado sem ser analisado por um membro concursado da AGU.

A mudança atende em parte pleito da Associação Nacional dos Advogados da União (Anauni) e da União dos Advogados Federais do Brasil (Unafe), que pedem que os não concursados que atuam nas consultorias sejam exonerados, para que seus postos sejam ocupados por advogados da União.

Adams diz que “não tem poder” para exonerar tais profissionais, e que isso depende apenas dos ministros que chefiam os ministérios que empregam advogados não concursados. “O que eu posso e vou fazer é pedir para que os ministérios não precisem mais dessas pessoas”, diz.





O diretor-geral da Unafe, **Luis Carlos Rodriguez Palácios Costa** (*foto*), contesta a afirmação e diz que o advogado-geral da União tem, sim, o poder de exonerar. Ele lembra da Orientação Normativa 28 da AGU, de 2009, que diz ser atividade exclusiva dos membros da AGU a representação judicial e extrajudicial da União e as atividades de consultoria e assessoramento jurídico do Poder Executivo federal.

Segundo Palácios, o prazo para cumprimento da instrução tem sido adiado por vontade política. “O ministro [*do Supremo Tribunal Federal*] Dias Toffoli, quando era advogado-geral da União, determinou a exoneração sob pena de punição. A atual gestão, porém, tem adiado isso sob a falsa premissa de falta de pessoal, quando, na verdade, não faz nada para suprir essa lacuna”, aponta.

As 560 novas vagas também não serão suficientes, segundo o diretor da Unafe, para suprir a falta de investimento na carreira. “Hoje temos uma evasão de 40% dos membros da AGU porque a carreira não tem estrutura. Falta gente nas carreiras de apoio e, atualmente, as procuradorias de 22 estados pagam mais do que a AGU.”

Para Palácios, além de novas vagas, é necessário que a carreira tenha uma reformulação, que passa pela "valorização de seus profissionais" e pelo fim dos não concursados nos ministérios.

Atualmente, as carreiras que compõem a AGU são: advogados da união; procuradores do Banco Central; procuradores da Fazenda Nacional; e procuradores federais. Ao todo, somam cerca de 8 mil cargos, segundo o Diagnóstico da Advocacia Pública, publicado pelo Ministério da Justiça em 2011. Desses cargos, cerca de 6 mil eram ocupados por advogados públicos federais na ativa, ao fim de 2010.

**Date Created**

07/07/2012